

Carta Arqueológica de Avis e a construção de uma nova leitura do território (2005-2025): revisão síntese e perspectivas

Ana Cristina Ribeiro^{a, @}

^aCentro de Arqueologia de Avis
@ Contacto: ana.ribeiro@cm-avis.pt

Resumo

Iniciada em 2005, a Carta Arqueológica de Avis permitiu o desenvolvimento de uma estratégia sistemática de prospecção, inventariação e diagnóstico das evidências de ocupação humana, consolidando uma leitura integrada do território e das dinâmicas que o moldaram. Paralelamente, o projecto contribuiu para a definição de orientações metodológicas e de estratégias de intervenção. Duas décadas após o início da Carta Arqueológica de Avis, apresenta-se uma síntese dos resultados alcançados, sublinhando a sua relevância no âmbito dos instrumentos de planeamento e de gestão do território e para a definição de estratégias de estudo, salvaguarda e valorização do património arqueológico local.

Palavras-chave

Avis | Carta Arqueológica | Diagnóstico | Inventário

Abstract

Initiated in 2005, the Archaeological Map of Avis enabled the development of a systematic strategy for survey, inventory and assessment of evidence of human occupation, consolidating an integrated understanding of the territory and the dynamics that shaped it. At the same time, the project contributed to the definition of methodological guidelines and strategies for intervention. Two decades after the start of the Archaeological Map of Avis, a synthesis of the results achieved is presented, highlighting its relevance as a tool for territorial planning and management, as well as for the study, protection, and valorization of the local archaeological heritage.

Keywords

Avis | Archaeological Map | Diagnostic Assessment | Inventory

1. Breve enquadramento da área em estudo

O concelho de Avis, situado no Alto Alentejo, integra o distrito de Portalegre e apresenta como limites territoriais os concelhos de Ponte de Sor, Alter do Chão, Fronteira, Sousel e Mora. Com uma área aproximada de 606 km², o concelho é composto por oito freguesias: Alcórrego, Aldeia Velha, Avis, Benavila, Ervedal, Figueira e Barros, Maranhão e Valongo, quatro das quais organizadas em duas uniões de freguesia — União das Freguesias de Alcórrego e Maranhão e União das Freguesias de Benavila e Valongo.

O território é marcado por duas albufeiras de relevo paisagístico significativo: a albufeira do Maranhão, formada pelo aproveitamento da ribeira de Seda, e um ramo terminal da albufeira de Montargil, inserido na bacia hidrográfica do rio Sor.

Geologicamente, Avis situa-se numa zona de transição entre o limite oriental da Bacia do Baixo Tejo, caracterizada por depósitos sedimentares terciários e quaternários predominantes na faixa ocidental, e o Maciço Antigo, constituído por formações pré-câmblicas e paleozóicas. Estas incluem essencialmente xistos, grauvaques, quartzitos, conglomerados e rochas carbonatadas.

O relevo do concelho é suave, variando entre 60 e 240 metros de altitude, predominando planuras ligeiramente onduladas. Destacam-se afloramentos de xistos nas áreas de Aldeia Velha, Avis e Maranhão, granitoides na zona nascente e formações carbonatadas na zona sudeste. A faixa ocidental apresenta

alternância de depósitos cenozóicos de sedimentos finos e grosseiros, com idades compreendidas entre o Paleogénico e o Quaternário.

No que respeita à pedologia, identificam-se principalmente solos mediterrâneos pardos, vermelhos ou amarelos, associados a áreas de relevo suave e substrato sedimentar, bem como solos litólicos não húmidos em zonas de maior afloramento rochoso. Ocorrências dispersas de solos podzolizados e litossolos também foram registadas.

Toda a área do concelho apresenta boa drenagem natural, sendo atravessada por diversos cursos de água ligados à margem esquerda da Bacia Hidrográfica do Tejo. Entre estes destacam-se a ribeira de Seda e os seus afluentes — ribeiras Grande, Sarrazola, Enxara, Almadafe e Alcórrego — bem como as ribeiras de Santa Margarida e da Margem, que se inserem na bacia do rio Sor, subafluente do Tejo.

Pela sua localização e características, o concelho de Avis reúne condições propícias à fixação humana desde tempos recuados. Trabalhos realizados desde o final do século XIX, com particular intensidade nas últimas duas décadas, permitiram identificar e registar testemunhos de diferentes momentos de ocupação deste território.

2. Evolução da actividade arqueológica no concelho de Avis

A investigação arqueológica desenvolvida no concelho de Avis revela uma trajetória marcada por distintas fases de sistematização e rigor. Desde o final do século XIX, os trabalhos arqueológicos aí realizados evidenciam a evolução das abordagens e o contributo de várias figuras e instituições ao longo de mais de um século.

Neste percurso, os monumentos megalíticos constituíram, até meados do século XX, o principal foco de interesse. As primeiras intervenções, conduzidas por Manuel Mattos Silva e José Leite de Vasconcelos (SILVA, 1895a; *idem*, 1895b), caracterizavam-se pelo seu carácter pontual e limitado. O desenvolvimento de abordagens mais amplas e sistemáticas introduziu uma nova perspectiva da evidência arqueológica, evidente no trabalho de Vergílio Correia (CORREIA, 1921) e, posteriormente, no levantamento realizado por Georg e Vera Leisner (LEISNER e LEISNER, 1959).

Durante a década de 1970, destacam-se as iniciativas de carácter local, associadas a movimentos associativos e ao crescente interesse pelo património. Estas iniciativas, apesar de se caracterizarem, em alguns casos, pela falta de rigor nos métodos de recolha e registo, contribuíram para ampliar o conhecimento sobre a realidade arqueológica do concelho e estabeleceram um primeiro vínculo entre o património e a comunidade local (RIBEIRO, 2014-2015, p. 325).

Essa relação foi decisiva para que, nas décadas seguintes (1980 e 1990), surgissem acções apoiadas ou promovidas pela autarquia, reflectindo uma crescente consciência municipal sobre o valor do património arqueológico como recurso estratégico para o desenvolvimento local. As acções realizadas evidenciaram uma preocupação cada vez maior com a preservação e valorização do património, preocupação que mais tarde se iria reflectir no Plano Diretor Municipal (PDM) de 1995.

A partir de 2002, e na sequência do Gabinete Técnico Local, desenvolve-se, por iniciativa municipal, um plano de trabalhos arqueológicos em regime de continuidade, abrangendo diferentes níveis de intervenção, desde estudos e levantamentos a acompanhamentos, escavações e prospecções. Esta abordagem permitiu não apenas consolidar o conhecimento científico sobre o património arqueológico do concelho, mas também incrementar a sua valorização e divulgação, promovendo a sensibilização da comunidade para a importância do património através de um conjunto de iniciativas.

Entre os diversos projectos desenvolvidos, a elaboração da Carta Arqueológica assumiu particular relevância. Reconhecendo a importância do conhecimento aprofundado do património local, o Município de Avis promoveu o projecto de investigação *Carta Arqueológica de Avis*, com o objetivo de dotar o concelho

de um instrumento sistemático e abrangente, no qual fossem inventariados, tão exaustivamente quanto possível, os vestígios arqueológicos existentes. Esta abordagem transcendia a mera compilação de referências bibliográficas e documentais, propondo-se criar um levantamento sistemático do património arqueológico local, concebido como uma ferramenta de investigação, planeamento, salvaguarda e valorização cultural.

A concretização do projecto permitiu o levantamento e o diagnóstico das evidências de ocupação humana no território, contribuindo para a construção de uma visão global e integrada do património arqueológico local.

Através da revisão da informação precedente, aliada à identificação e caracterização de novos sítios, foi possível actualizar o inventário e definir estratégias orientadas para o estudo e valorização do património arqueológico. Gradualmente, a visão fragmentada e incompleta inicialmente existente foi sendo ultrapassada, revelando uma realidade diversificada e complexa do que aquela que constava, quase exclusivamente, no PDM de 1995.

3. Carta Arqueológica de Avis

A diversidade paisagística e geológica que caracteriza o concelho de Avis, assim como a disponibilidade de recursos naturais, conferem a este território condições favoráveis à presença humana. Contudo, apesar deste potencial, as evidências arqueológicas conhecidas no início da Carta Arqueológica eram claramente insuficientes para uma leitura da ocupação humana do território.

O PDM de Avis, aprovado em 1995, constituía a última referência para o património arqueológico local, reunindo um total de 62 sítios. Este inventário resultava da revisão de trabalhos anteriores, bem como da identificação de alguns novos locais de interesse arqueológico. As áreas documentadas eram, contudo, reduzidas e concentravam-se sobretudo em zonas com monumentos megalíticos, que haviam sido o foco predominante das investigações até meados do século XX. Nas restantes áreas, especialmente a norte e a oeste, o registo de evidências era reduzido ou inexistente.

Reconhecendo que os dados conhecidos para o concelho eram manifestamente insuficientes face à sua dimensão e às suas características naturais, foi iniciado o projecto da Carta Arqueológica de Avis, uma iniciativa municipal desenvolvida em duas fases — 2005/2009 e 2011/2014 —, enquadradas na categoria A do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos.

Os trabalhos realizados tinham como objectivo principal a realização de um levantamento actualizado do património arqueológico do concelho. A metodologia adoptada privilegiou a recolha sistemática de informação através de prospecções, orientadas para o registo e caracterização de sítios, articulando-se com a análise cartográfica — nomeadamente da toponímia e da oro-hidrografia —, a revisão bibliográfica e documental, a recolha de informação oral e a observação directa da paisagem.

Através da revisão da informação precedente e da identificação e caracterização de novos sítios, foi possível actualizar o inventário do património arqueológico e delinear estratégias destinadas a promover o seu estudo e valorização.

As prospecções realizadas entre 2005 e 2009 resultaram num aumento significativo do número de sítios registados, confirmando a necessidade de uma cobertura territorial mais exaustiva. A eficácia da metodologia adoptada na identificação de novas evidências permitiu reduzir gradualmente a visão fragmentada da distribuição dos sítios, revelando uma clara tendência para o acréscimo de locais de interesse arqueológico à medida que os trabalhos avançavam. Em 2011 teve início a segunda fase da Carta Arqueológica, prolongando-se até 2014 e permitindo reunir um total de 205 referências no final do projecto.

Esta visão mais abrangente do território e das dinâmicas de ocupação ao longo do tempo foi determinante para a definição de uma estratégia de intervenção arqueológica orientada para a preservação, o estudo e a valorização do património local. Entre as iniciativas desenvolvidas com base nos resultados da Carta

Arqueológica, destacam-se, na vertente da investigação, os projectos “Intervenção arqueológica no sítio da Ladeira, Ervedal” (RIBEIRO, 2010; *idem*, 2014-2015) e “Território e espaços de morte na Pré-História Recente. Contributo para uma nova leitura do povoamento megalítico no concelho de Avis – TEMPH” (*idem*, 2018b); e, no âmbito da preservação e promoção, o “Plano de gestão e valorização de sítios e monumentos arqueológicos | Património megalítico” (*idem*, 2017c) e o roteiro megalítico “Entre pedras e pedrinhas” (*idem*, 2018 c).

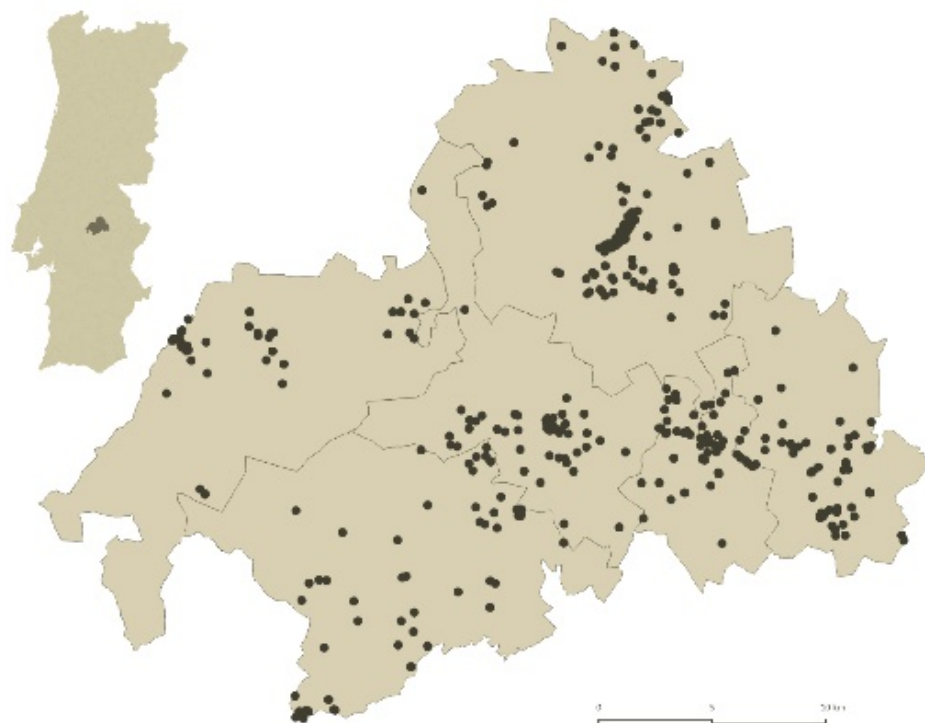
Em 2021, na sequência do Relatório do Estado do Ordenamento do Território, verificou-se a necessidade de proceder à revisão da Carta Arqueológica de Avis. Este trabalho, enquadrado na categoria C do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos, teve como objectivo principal corrigir eventuais imprecisões na localização dos sítios, através da sua relocalização com recurso a GPS. Foram igualmente conduzidas prospecções destinadas a confirmar o potencial arqueológico de locais assinalados em campanhas anteriores, bem como acções de monitorização do estado de conservação dos sítios e de actualização dos respetivos registos.

A execução da Carta Arqueológica fomentou assim uma estratégia sistemática de levantamento e diagnóstico das evidências de ocupação humana no território, materializada num conjunto de acções que tem contribuído para a construção de uma visão global e integrada do património arqueológico local, além de favorecer uma aproximação mais profunda ao território e às suas particularidades.

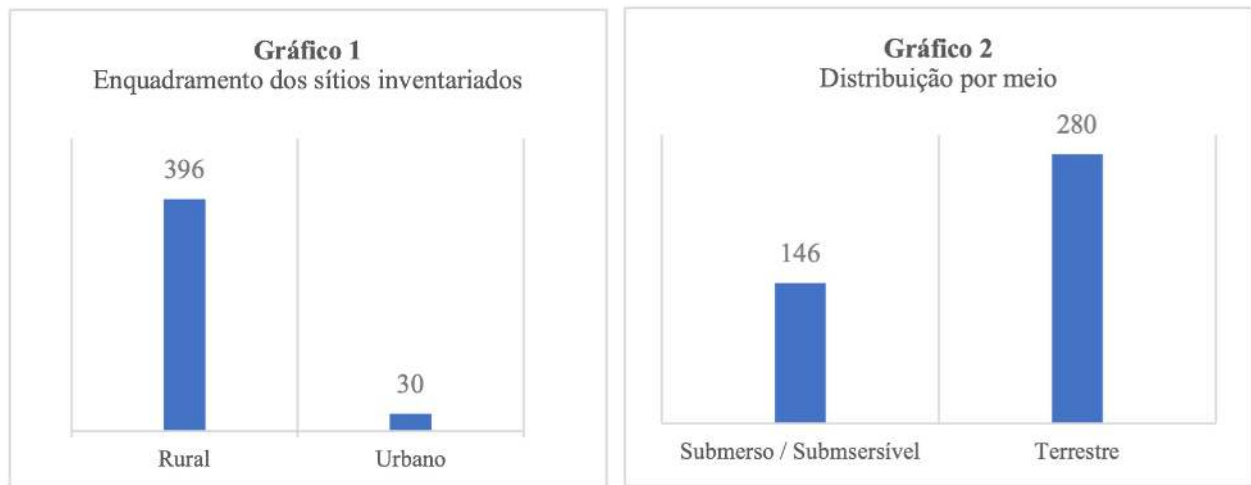
Como resultado, foi possível actualizar, de forma abrangente, o quadro de referências do património arqueológico e implementar o Inventário Geral do Património Arqueológico de Avis (IGPAA), fundamental para a gestão do património, ao nível do estudo, da salvaguarda e da valorização.

O inventário reúne 426 sítios de interesse arqueológico, registados até novembro de 2023, abrangendo um período cronológico que se estende desde a Pré-História Antiga até à época Contemporânea. O registo e a caracterização dos sítios foram baseados na recolha de informação arqueológica obtida através de prospecções, estando, por isso, condicionados pelas ocorrências identificadas.

Figura 1. Mapa síntese com a distribuição dos sítios e monumentos inventariados



Para a elaboração do inventário, foram considerados todos os sítios e monumentos identificados nos diversos trabalhos arqueológicos realizados no concelho de Avis, desde as intervenções anteriores à década de 1970 até às acções mais recentes, validadas pelas entidades oficiais de tutela e devidamente acompanhadas dos respetivos relatórios técnicos.



Integram este inventário os sítios e monumentos classificados, em vias de classificação ou inseridos em zonas de protecção, bem como sítios arqueológicos já inventariados e áreas com potencial valor arqueológico, situados em contexto rural ou urbano, em meio terrestre, submerso e/ou submersível.

O carácter sistemático e contínuo da Carta Arqueológica de Avis confere-lhe um papel central neste inventário, sendo complementada pelos resultados do projecto TEMPH. Em conjunto, estes contributos permitiram redefinir a percepção da distribuição dos vestígios arqueológicos em Avis, numa visão renovada e mais completa do seu património.

Figura 2. Anta Ordem 1 (UF Alcórrego e Maranhão)

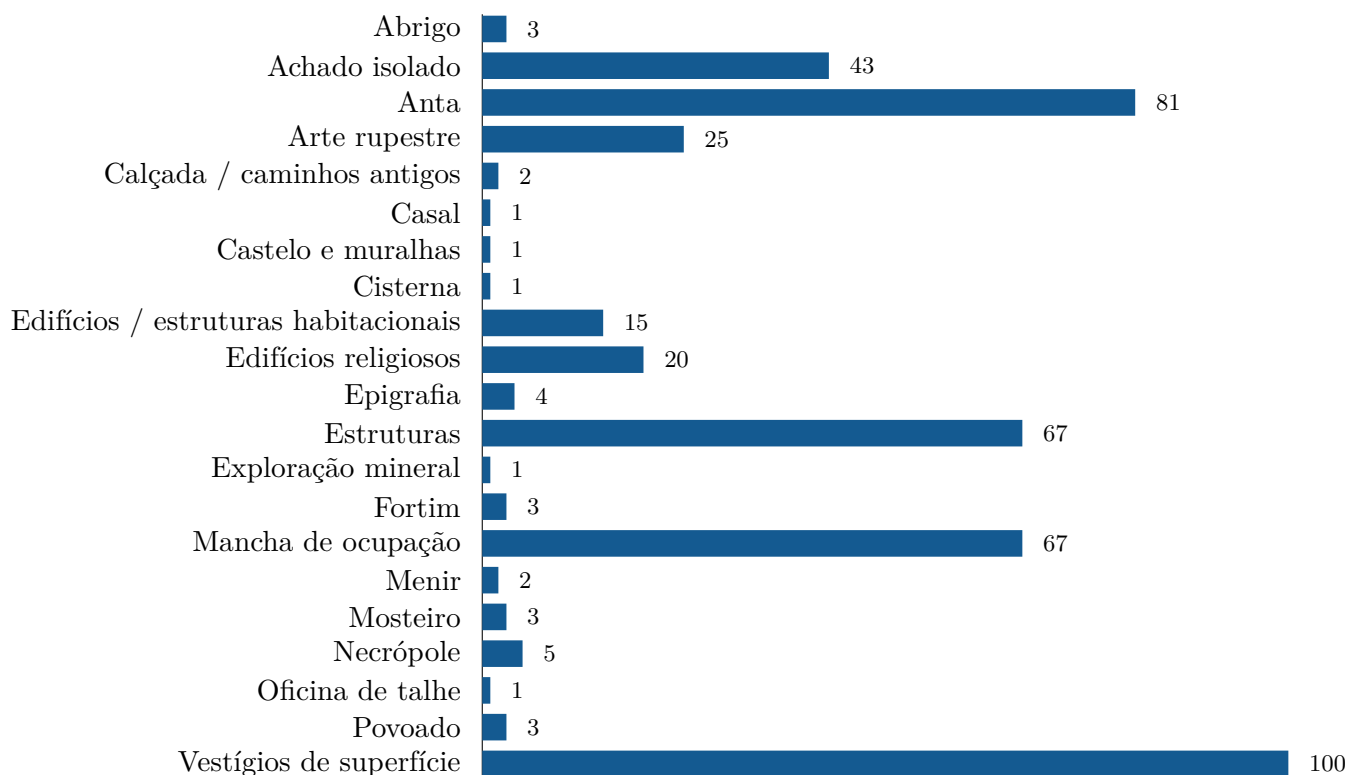


No conjunto de sítios registados, observa-se um claro predomínio de sítios localizados em meio rural, distribuídos por toda a área do concelho. No meio urbano, destaca-se a concentração de zonas arqueológicas na vila de Avis, reflexo da antiguidade da sua ocupação e da relevância histórica do seu núcleo urbano.

No que respeita ao património arqueológico classificado no concelho de Avis, destacam-se a Anta da Herdade da Ordem (Monumento Nacional), a Lápide da Igreja de Benavila (Monumento Nacional), o Castelo e Muralhas de Avis (Monumento Nacional), o Conjunto Monástico de São Bento de Avis (Imóvel de Interesse Público) e os Paços do Concelho Medievais (Monumento de Interesse Público).

No Centro Histórico, multiplicam-se sítios e áreas arqueológicas inseridos nas zonas de protecção de diversos monumentos classificados. Destacam-se a Igreja Matriz, a Igreja e Hospital da Misericórdia, Avis 1 – Rua Joaquim Figueiredo, Avis 2 – Paços do Concelho Medievais, Avis 3 – Necrópole do Largo Dr. Sérgio de Castro, Avis, 4 – Largo Cândido dos Reis 1, Avis 5 – Cerca Monástica, Avis 6 – Largo Cândido dos Reis 2, Avis 7 – Rua das Portas de Évora / Rua de António José de Almeida, Avis 8 – Largo Cândido dos Reis, Avis 10 – Portas de Évora e Avis 11 – Santo António (Cemitério Velho).

Quadro 1



Em contexto rural ganham relevo os monumentos megalíticos em vias de classificação, inseridos no processo do Megalitismo Alentejano. A proposta, submetida em 2020 pela Direção Regional de Cultura do Alentejo, reconhece o valor excepcional deste património e a necessidade de garantir a sua protecção perante a rápida e profunda transformação da paisagem alentejana.

No âmbito da revisão da Carta Arqueológica de Avis, foram actualizados os dados relativos a este procedimento, introduzindo-se as correcções necessárias em articulação com a Tutela, permitindo confirmar 77 referências. A Carta identifica ainda seis monumentos que permanecem fora do processo de classificação, mas que integram o inventário arqueológico do concelho.

Ainda em contexto rural, assinalam-se os vestígios associados à *villa* Entre Águas 1, assim como a Capela de N^a Sr.^a de Entre Águas (Entre Águas 3), que se encontram na zona de protecção da Lápide da Igreja de Benavila, referenciada no inventário como Entre Águas 2.

As restantes ocorrências correspondem a zonas arqueológicas inventariadas e reflectem a diversidade e a riqueza arqueológicas deste território, incluindo sítios desde o Paleolítico até à época Contemporânea.

4. Uma síntese dos resultados

A realização da Carta permitiu rever a informação existente e desenvolver estratégias de identificação de vestígios arqueológicos, contribuindo, não só para a inventariação do património arqueológico local, mas, sobretudo, para uma nova interpretação da distribuição das diferentes tipologias e fases de povoamento.

Quadro 2. Distribuição por período cronológico predominante

	Período	N.º de sítios	Total	%
<i>Pré-História</i>	Pré-História	130	238	56
	Paleolítico	9		
	Neo-Calcolítico	90		
	Pré-História / Medieval / Moderno	1		
	Pré-História / Moderno	1		
	Pré-História / Romano	7		
<i>Romano</i>	Romano	48	54	13
	Antiguidade Tardia	1		
	Romano / Medieval / Moderno	1		
	Romano / Moderno	2		
	Romano / Moderno / Contemporâneo	2		
<i>Medieval</i>	Medieval	2	14	3
	Medieval / Moderno	10		
	Medieval / Moderno / Contemporâneo	2		
<i>Moderno</i>	Moderno	20	41	10
	Moderno / Contemporâneo	21		
<i>Contemporâneo</i>	Contemporâneo	34	34	8
<i>Indeterminado</i>	Indeterminado	45	45	11

As evidências iniciais apontavam para a presença humana no concelho de Avis desde a Pré-História Antiga. Esses materiais suscitavam, no entanto, algumas dúvidas quanto à sua classificação e integração cronológica. Na primeira fase da Carta Arqueológica não foram identificados vestígios que pudessem confirmar a existência de contextos tão recuados (RIBEIRO, 2008, p. 5).

Na sequência desse diagnóstico inicial, iniciou-se em 2011, na segunda fase da Carta, um plano de prospecção focado no Paleolítico (RIBEIRO e SALVADOR, 2013, p. 135-139). Pretendia-se compreender a aparente ausência de vestígios paleolíticos na região e investigar os processos que, caso confirmados os indícios de ocupação tão remota, teriam influenciado a distribuição e a organização do território ao longo do tempo.

A partir de 2018, já no âmbito do projecto TEMPH, as prospecções foram alargadas, beneficiando de

condições mais favoráveis à identificação de contextos Paleolíticos, nomeadamente o acesso a zonas que, anteriormente, se encontravam submersas ou de difícil leitura arqueológica.

A revisão sistemática dos dados e a expansão de áreas cobertas permitiram assim identificar um número crescente de vestígios associados à ocupação paleolítica, com especial incidência na zona oeste do concelho. Esta área, marcada pelas ribeiras de Santa Margarida e da Margem — ambas subsidiárias do rio Sor —, revelou diversos locais inéditos com testemunhos de indústria macrolítica (RIBEIRO, 2023a, p. 365-374).

Figura 3. Indústria lítica sobre seixo. Margem esquerda da ribeira de Santa Margarida



Os vestígios desta ocupação, que se encontra ainda em estudo, correspondem exclusivamente a indústria lítica sobre seixo de quartzito e apontam para a presença de comunidades humanas durante o Paleolítico Médio (*idem*, 2023a, p. 369). A confirmação, em 2025, de artefactos atribuíveis ao Paleolítico Inferior representa um avanço significativo no conhecimento da ocupação mais antiga do território, constituindo-se como um dos eixos prioritários de investigação.

No que respeita ao Neolítico, a perspectiva de análise também se transformou no seguimento dos trabalhos de prospecção. A ocupação pré-histórica, anteriormente associada, quase exclusivamente, aos monumentos megalíticos, passou a integrar um conjunto mais alargado de vestígios, incluindo contextos habitacionais e exemplares de arte rupestre (RIBEIRO, 2023b).

Figura 4. Vista geral do Complexo do Pedrogão



Entre as evidências identificadas, destacam-se as ocorrências atribuídas às etapas iniciais do Neolítico, consideradas fundamentais para uma nova compreensão do processo de neolitização deste território. Registos desses momentos fundamentais para o estudo da ocupação humana no concelho encontram-se concentrados no Complexo do Pedrogão, distribuído ao longo das margens da ribeira de Seda (RIBEIRO, 2018a). Foram igualmente identificados outros núcleos de ocupação, aparentemente coevos, associados a diferentes áreas do concelho, nomeadamente à ribeira de Sarrazola, afluente da ribeira de Seda, e à ribeira Grande, na envolvente ao povoado da Ladeira e a uma área de concentração de monumentos megalíticos (*idem*, 2018a).

Figura 5. Anta da Cumeada (UF Benavila e Valongo). Integra o Complexo do Pedrogão



Figura 6. Anta Cortesia 1 (Avis)



A consolidação da ocupação pré-histórica evidencia-se através da construção de estruturas megalíticas que, em Avis, correspondem a cerca de 20 % do inventário geral do património arqueológico de Avis, e têm como expressão mais comum as antas.

Figura 7. Intervenção arqueológica no sítio da Ladeira, Ervedal



Da análise dos dados revistos e actualizados é perceptível a multiplicidade de expressões arquitectónicas

associadas a estruturas funerárias, que não se resume apenas a diferenças morfológicas, mas também ao nível da dimensão, do suporte e da implantação dos monumentos (*idem*, 2014).

As variáveis identificadas evidenciam a heterogeneidade de contextos associados à construção e utilização destas estruturas, revelando um universo multifacetado de ocupação do território entre os V e III milénios a.C. Tal diversidade resulta da implantação de comunidades em distintos contextos naturais, seleccionados em função das respectivas estruturas económicas e dos circuitos de circulação (*idem*, 2015a).

Os contextos habitacionais contemporâneos correspondem, na sua maioria a vestígios de superfície, destacando-se, neste contexto, o povoado da Ladeira, cujas evidências indiciam a presença de um povoado extenso e estruturado, implantado na margem esquerda da ribeira Grande (*idem*, 2010, p. 35-64; *idem*, 2014-2015, p. 309-340).

Os vestígios de ocupação associados a este curso de água têm vindo a tornar-se mais evidentes. Para além dos sítios Areias 1 (*idem*, 2008, p. 7), Torre de Ervedal 10 (*idem*, 2018a, p. 78 e 88) e Areeiro 2 (RIBEIRO e SALVADOR, 2013, p. 137-138), os trabalhos realizados recentemente forneceram um importante conjunto de ocorrências de áreas de habitat e de arte rupestre (RIBEIRO, 2018b, p. 89-92). Para a restante área do concelho, registam-se diversas ocorrências isoladas ou vestígios de superfície (*idem*, 2014; *idem*, 2015a).

Um outro elemento que adquiriu expressão com a Carta Arqueológica foi a arte rupestre, realidade praticamente desconhecida até ao início dos trabalhos. As rochas gravadas poderão ser enquadradas na ocupação pré-histórica do concelho, evidente a partir da convergência espacial com os restantes sítios pré-históricos, em particular com as estruturas megalíticas.

Os motivos registados são pouco diversificados, correspondendo, na sua quase totalidade, a covinhas, isoladas ou agrupadas. A distribuição das rochas gravadas em contextos diferenciados, utilizando suportes, superfícies e disposição diversificados, constituem indicadores da multiplicidade simbólica e funcional destas realidades. As gravuras identificadas acompanham, em parte, a distribuição das estruturas funerárias, verificando-se, no entanto, um aumento considerável dos exemplares relacionados com contextos não funerários, incluindo espaços habitacionais (*idem*, 2017b).

Ao contrário do período precedente, os testemunhos de ocupação do território na Idade do Bronze e na Idade do Ferro permanecem escassos e inconclusivos. Para além dos exemplares de ourivesaria adquiridos, em 1910 e 1913, por José Leite de Vasconcelos (VASCONCELOS, 1913, p. 141; PARREIRA e PINTO, 1980, p. 4 e 13), não foram identificadas outras evidências claras integráveis nestes períodos.

Registam-se alguns materiais provenientes da Ladeira, cuja cronologia não é ainda clara, mas que poderão estar associadas a produções da Idade do Ferro (RIBEIRO, 2014-2015, 333), assim como indícios em locais destacados na paisagem e com ampla visibilidade, como Monte Ruivo 1 e Louriga (*idem*, 2008, p. 7). No entanto, a insuficiência de testemunhos observáveis à superfície limita a atribuição de uma cronologia precisa para esses contextos.

A alteração deste quadro requer a continuidade do trabalho de prospecção, adoptando novas estratégias orientadas para a identificação de sítios proto-históricos, baseadas em padrões alternativos de ocupação do território.

O período romano encontra-se representado por um conjunto diversificado de sítios, inseridos numa rede de povoamento disperso e predominantemente rural, estruturada em torno das *villae*, às quais se associavam núcleos de menor dimensão (*idem*, 2015b).

Figura 8. Painel gravado sobre rocha. Horta das Rosas 7 (Ervedal)



A distribuição dos vestígios romanos é, contudo, desigual: a área ocidental do concelho, dominada por depósitos de areias e arenitos, revela um número reduzido de ocorrências, em contraste com o restante território, onde se concentram expressivas evidências de ocupação dessa época.

Sítios de maior dimensão, como Ladeira, Chafariz, Entre Águas 1 ou Bembelide, forneceram elementos essenciais para a definição e compreensão deste período de ocupação enquadrado entre o início do século I d.C. e o século IV d.C. (*idem*, 2015b, p. 23-24). Associada a uma fase mais tarde regista-se a necrópole da Carapeta, atribuída à Antiguidade Tardia (FERREIRA, 1991).

Figura 9. Carapeta 3. Estrutura de período romano (UF Alcórrego e Maranhão)



O carácter rural que marcou a ocupação do território em época romana parece ter-se mantido até períodos relativamente recentes. Contudo, as prospeções realizadas não permitiram reunir informação substancial sobre a ocupação do espaço rural durante as épocas medieval e moderna. Para estes períodos, destacam-se apenas algumas estruturas e edifícios dispersos, muitos deles de natureza religiosa.

Figura 10. Capela de Nossa Senhora de Entre Águas. Vista geral



Destaca-se a Capela de Nossa Senhora de Entre Águas, para a qual foram recolhidos, em 2018 e em contexto de acompanhamento de obras de recuperação, elementos fundamentais para o seu estudo, que

vieram reforçar a importância deste edifício e da sua envolvente, cuja ocupação recua ao período romano (*idem*, 2019a, p. 416-419 e 431-435).

A informação concentra-se nos núcleos urbanos, com especial relevância para a vila de Avis. A sua posição geoestratégica, articulada com importantes vias terrestres e fluviais, terá favorecido o desenvolvimento do antigo lugar de *Abez* e motivado a sua posterior disputa pelos cristãos (*idem*, 2008, p. 9). Para além das referências documentais e toponímicas, a presença islâmica no território começa também a tornar-se perceptível, ainda que de forma discreta, através de algumas evidências materiais (*idem*, 2019b, p. 377 e 382).

Figura 11. Fracção em estudo. Mosteiro de São Bento de Avis



É na vila que se regista a maior concentração de testemunhos, relacionados com o sistema defensivo, o conjunto monástico de S. Bento de Avis (*idem*, 2019b) e a estrutura urbana que ainda caracteriza a área mais antiga da vila, onde se incluem exemplares de arquitetura religiosa e civil, bem como espaços

funerários (*idem*, 2013).

De cronologia mais recente, subsistem no território outros testemunhos de relevante valor histórico, tecnológico, arquitetónico, científico e social. Muitos destes locais foram reutilizados ou encontram-se hoje abandonados, perdendo-se, em diversos casos, a memória do engenho e da criatividade que marcaram a sua construção.

Figura 12. Moinho. Cardoso 4 (Figueira e Barros)



Neste enquadramento foram considerados vestígios de arqueologia industrial e exemplos de arquitetura religiosa ou civil, valorizados pelo seu carácter singular e/ou pela sua inserção em áreas de potencial arqueológico, muitos dos quais já registados na primeira fase da Carta Arqueológica. A inexistência de um enquadramento que garanta a aplicação de medidas de salvaguarda à maioria das ocorrências identificadas reforçou a sua integração no levantamento realizado.

Moinhos de imersão, moinhos de vento, pontes, fontes, estruturas agrícolas, engenhos, entre outros elementos, marcam o território e a paisagem, pelo que o seu registo foi considerado fundamental para a leitura diacrónica da ocupação deste território e a caracterização da sua estrutura de povoamento.

5. Para uma gestão integrada do património arqueológico de Avis

Tendo como referência a Carta Arqueológica de Avis, verificou-se, ao longo das duas últimas décadas, um incremento substancial no número de sítios de interesse arqueológico. Paralelamente, identificaram-se novos factores de pressão que comprometem a integridade e a conservação desses valores patrimoniais. Entre estes, destacam-se o desenvolvimento de empreendimentos associados ao sector energético e a expansão de modelos de produção agrícola em regime intensivo, actividades que, actualmente, exercem maior impacto sobre o solo e o subsolo.

A minimização dos impactos negativos associados a estes novos contextos implica a definição de medidas preventivas, actualizadas e adaptadas às novas exigências. A Carta Arqueológica e a atualização do inventário do património arqueológico assumem-se, assim, como referências fundamentais para a caracterização do

território, a identificação do seu potencial e a avaliação de impactos, uma vez que permitem conhecer e avaliar a real dimensão dos vestígios arqueológicos, a sua distribuição e relação com a paisagem.

Neste âmbito, a transposição da Carta Arqueológica para os instrumentos de gestão territorial assume particular relevo, uma vez que constitui uma ferramenta fundamental, fornecendo uma visão abrangente do potencial arqueológico do concelho, identificando aptidões e avaliando interferências.

No actual contexto, a integração do inventário de sítios arqueológicos no processo de revisão do Plano Director Municipal de Avis permitiu o enquadramento, a caracterização e o diagnóstico do património arqueológico e a elaboração de uma Carta de Património com as respectivas medidas de salvaguarda.

Reforça-se, deste modo, o papel da Autarquia, no âmbito das suas competências, na protecção do património arqueológico, tornando-a mais interventiva e activa, e define-se uma estratégia de salvaguarda adequada às evidências inventariadas, garantindo uma maior participação da Arqueologia nos processos de gestão do território.

Para além do seu contributo para os instrumentos de gestão e planeamento territoriais, a Carta Arqueológica assume igualmente um papel determinante na definição de estratégias de investigação, salvaguarda, e valorização do património, assegurando uma abordagem preventiva, integrada e mais consistente.

O estudo contínuo do território, acompanhado da revisão e da actualização permanente da informação face à descoberta de novas realidades, bem como a avaliação arqueológica dos impactos decorrentes de operações urbanísticas, agrícolas e florestais, constituem duas linhas de actuação fundamentais.

Paralelamente, a Carta Arqueológica sublinha a relevância do património arqueológico enquanto testemunho histórico e recurso dinâmico, reforçando a necessidade de se promover uma maior aproximação entre a comunidade e o seu património.

Figura 13. Iniciativas de divulgação do património arqueológico: Circuito do Xisto (Roteiro Megalítico Entre Pedras e Pedrinhas) e Palestra “De regresso à Ladeira. História e memória de um sítio arqueológico (Fundação Arquivo Paes Teles, Ervedal). Fotografias cedidas por João Pedro Amante.



Compreendendo que a valorização efectiva destes valores depende da percepção e apropriação social dos mesmos, foram desenvolvidas, ao longo do projecto, diversas acções de divulgação e de envolvimento da comunidade, com o objectivo de partilhar o conhecimento produzido e fortalecer o vínculo colectivo ao património arqueológico.

Desta forma, a informação reunida serviu de base para a elaboração de roteiros, visitas, publicações, exposições e apresentações, sendo igualmente integrada em programas educativos dirigidos a diferentes níveis de ensino, desde o pré-escolar até ao ensino superior.

Figura 14. Trabalhos de prospecção



Este princípio de proximidade efectivou-se também na participação de jovens locais nas campanhas da Carta Arqueológica, permitindo o contacto directo com metodologias, materiais e contextos arqueológicos, contribuindo para a sensibilização das faixas etárias mais jovens.

Figura 15. Iniciativa realizada no Centro de Convívio e Apoio Social Eng. João Antunes Tropa, da Fundação Abreu Callado, em Benavila. Fotografia cedida por Paula Rasquete.



Igualmente relevantes são as iniciativas dirigidas ao público sénior, alicerçadas, por vezes, em tradições locais, a partir das quais se promove o diálogo e a partilha de conhecimentos.

No âmbito da promoção cultural e turística, as acções centradas no património arqueológico têm desempenhado um papel significativo na diversificação da oferta local, atraindo novos públicos e reforçando o contributo da Arqueologia para o dinamismo social e económico do concelho.

A implementação da Carta Arqueológica promoveu também o investimento municipal na actividade arqueológica local, incentivando a criação do Centro de Arqueologia de Avis. A criação e consolidação de um serviço municipal dedicado à Arqueologia tem assegurado, de forma contínua e estruturada, o estudo, a salvaguarda e a valorização do património arqueológico local.

A Carta Arqueológica de Avis representa, assim, um marco na abordagem ao património arqueológico do concelho, alterando a leitura do território e da sua história. Mais do que um simples inventário de sítios arqueológicos, a Carta delineou uma abordagem integrada e sistemática, baseada em trabalhos de prospecção e georreferenciação, análise documental e interpretação espacial, permitindo reconhecer padrões de ocupação e processos de transformação da paisagem ao longo do tempo, tornando possível uma leitura integrada do território e das principais sequências de ocupação humana que o definem.

Para além do seu valor científico, a Carta funciona como uma ferramenta estratégica, orientando metodologias de intervenção e fornecendo orientações para o estudo e a preservação do património. Ao sistematizar procedimentos e criar referências, o projecto garantiu que os dados obtidos não refletissem apenas a realidade arqueológica, mas que pudessem também fundamentar decisões de planeamento territorial, avaliação de impactos e implementação de medidas de salvaguarda.

Decorridas duas décadas desde o início dos trabalhos, a síntese dos resultados demonstra a importância da Carta enquanto instrumento de referência para a gestão do património arqueológico local. Os dados obtidos documentam um património diversificado e com elevado potencial científico e cultural, que constitui um recurso estratégico: orienta políticas de salvaguarda, inspira estratégias de divulgação e educação patrimonial, e fortalece a articulação entre ciência, gestão territorial e cidadania cultural.

Considerando que a Carta Arqueológica se configura como um sistema aberto e em permanente actualização, a continuação dos trabalhos e o aperfeiçoamento das metodologias e leituras são essenciais. A incorporação de novos dados, a reavaliação de sítios e a aplicação de ferramentas analíticas actualizadas permitem rever e aperfeiçoar modelos interpretativos e manter o dinamismo que caracteriza o processo de gestão do património arqueológico. Este carácter evolutivo assegura a eficácia da Carta como instrumento técnico eficaz, capaz de responder às exigências da gestão integrada do património arqueológico em Avis e aos desafios que se colocam à preservação da identidade cultural.

6. Bibliografia

CARVALHO, A. M. Galopim de e CARVALHOSA, A. Barros (1982) - *Notícia explicativa da folha 32-A, Ponte de Sor. Carta Geológica de Portugal na escala 1:50 000*. Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal, Direcção Geral de Geologia e Minas.

CORREIA, Vergílio (1921) - *El Neolítico de Pavía (Alentejo-Portugal)*. Madrid, Museo Nacional de Ciencias Naturales.

GONÇALVES, Francisco; ZBYSZEWSKI Georges e PINTO COELHO, A. V. (1975) - *Notícia explicativa da folha 32-D, Sousel. Carta Geológica de Portugal na escala 1:50 000*. Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal, Direcção Geral de Geologia e Minas.

FERREIRA, Fernando E. Rodrigues (1991) - *Estação Arqueológica do Monte da Carapeta - Avis. Relatório da campanha de 1991*. Volume policopiado.

LEISNER, Georg e LEISNER, Vera (1959) - *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel der Westen*, Berlin.

NETO, Maria Cristina Santos (1976-1977) - Notícias inéditas sobre dolmens em Portugal. *Setúbal Arqueológica*, Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal, Junta Distrital de Setúbal, volume II-III, p. 99-107.

PARREIRA, Rui e PINTO, Clara Vaz (1980) - *Tesouros da arqueologia portuguesa no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia*. Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia.

PIÇARRA, José M.; DIAS, Ruben P.; RIBEIRO, M. Luísa; SOLÁ, Rita; BARBOSA, Bernardo e PAIS, João (2009) - *Notícia explicativa da folha 32-C, Avis. Carta Geológica de Portugal na escala 1:50 000*. Lisboa, Laboratório Nacional de Energia e Geologia.

RIBEIRO, Ana Cristina (no prelo) - Património arqueológico de Avis: do inventário aos instrumentos de gestão territorial. Actas do Encontro Arqueologia, Património e Autarquias, Almada, 11 e 12 de janeiro de 2024.

RIBEIRO, Ana Cristina (2023a) - Novos testemunhos de ocupação pré-histórica na área da ribeira de Santa Margarida (Alto Alentejo): notícia preliminar. Arnaud, J. M., Neves, C. e Martins, A. (eds.) *Actas do IV Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Associação dos Arqueólogos Portugueses, CEAACP, CEIS20 e IA-FLUC, Lisboa, p. 365-374.

RIBEIRO, Ana Cristina (2023b) - O Neolítico no concelho de Avis: balanço e perspectivas de investigação. FERNANDES, Isabel Cristina; SANTOS, Michelle Teixeira e CORREIA, Miguel Filipe, coords. *Amanhar a Terra. Arqueologia da Agricultura [Do Neolítico ao Período Medieval]*. Palmela. Município de Palmela, p. 33-40.

RIBEIRO, Ana Cristina (2022) - Revisão da Carta Arqueológica de Avis novos desafios na gestão do património arqueológico e na sua afirmação nas dinâmicas locais. *Scientia Antiquitatis: IV Actas das Jornadas de Arqueologia do Norte Alentejano*, vol. 1, n.º 1, p. 342-352.

RIBEIRO, Ana Cristina (2020) - Património Arqueológico e Gestão Territorial: O contributo da Arqueologia para a revisão do PDM de Avis. ARNAUD, José M.; NEVES, César; MARTINS, Andrea, coords. *Arqueologia em Portugal 2020 - Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 223-236.

RIBEIRO, Ana Cristina (2019a) - Resultados preliminares do acompanhamento arqueológico da obra de conservação da Capela de Nossa Senhora de Entre Águas. *Scientia Antiquitatis, Salvaguarda Arqueológica*, vol. 3, n.º 1, p. 415-446.

RIBEIRO, Ana Cristina (2019b) - Mosteiro de São Bento de Avis: da intervenção preventiva ao programa de estudo e valorização de fracção monástica. *Scientia Antiquitatis, Salvaguarda Arqueológica*, vol. 3, n.º 1, p. 355-384.

RIBEIRO, Ana Cristina (2018a) - O Complexo do Pedrogão no contexto das primeiras sociedades camponesas: breves notas sobre o povoamento neolítico no concelho de Avis. *História e Economia, Revista*

Interdisciplinar, vol. 21, n.º 2, p. 83-100.

RIBEIRO, Ana Cristina (2018b) – Território e espaços de morte na Pré-História Recente. Contributo para uma nova leitura do povoamento megalítico no concelho de Avis. *Actas do VIII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular. Serpa e Aroche*, Câmara Municipal de Serpa, p. 73-94.

RIBEIRO, Ana Cristina (2018c) – Entre Pedras e Pedrinhas. Construção de um Roteiro Megalítico em Avis. *Al-madan*, n.º 21, tomo 2, p. 8-17.

RIBEIRO, Ana Cristina (2017a) – O povoamento neolítico em Avis: uma análise preliminar dos dados disponíveis. *Arqueologia em Portugal. 2017 – Estado da Questão*, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 581-590.

RIBEIRO, Ana Cristina (2017b) – Arte rupestre no concelho de Avis. Análise preliminar da distribuição das gravuras rupestres no contexto do povoamento megalítico. *Scientia Antiquitatis. Actas do III Congresso Internacional de Arqueologia de Transição - Estratégias de povoamento: Da Pré-História à Proto-História*, CHAIA/ Universidade de Évora, vol. 1, n.º 1, p. 139 -154.

RIBEIRO, Ana Cristina (2017c) – Plano de Gestão e Valorização de Sítios e Monumentos Arqueológicos: um contributo para a salvaguarda do património megalítico de Avis. *Al-madan*, Centro de Arqueologia de Almada, n.º 21, tomo 2, p. 33-42.

RIBEIRO, Ana Cristina (2015a) – Novos dados sobre o megalitismo funerário do concelho de Avis. *Actas do II Congresso Internacional sobre Arqueologia de Transição: O Mundo Funerário*. Évora: CHAIA, Universidade de Évora, p. 17-33.

RIBEIRO, Ana Cristina (2015b) – O povoamento rural romano no concelho de Avis: uma primeira abordagem interpretativa dos dados reunidos no decurso da Carta Arqueológica. *Abelterium*, Câmara Municipal de Alter do Chão, Volume II, n.º 1, p. 8 -25.

RIBEIRO, Ana Cristina (2014-2015) – Ladeira, 100 anos depois de José Leite de Vasconcelos. *O Arqueólogo Português*, Lisboa: MNA, série V, volume 4/5, p. 309-340.

RIBEIRO, Ana Cristina (2014) – Apontamentos sobre o megalitismo funerário no concelho de Avis. *Al-madan*, Centro de Arqueologia de Almada, n.º 18, tomo 2, p. 75-88.

RIBEIRO, Ana Cristina (2013) – Espaços de morte na vila de Avis. Os primeiros resultados da intervenção arqueológica realizada na necrópole do Largo Dr. Sérgio de Castro. *Al-madan*, Centro de Arqueologia de Almada, n.º 17, tomo 2, p. 46-58.

RIBEIRO, Ana Cristina (2010) – Novos elementos para o estudo do sítio da Ladeira, Ervedal. Resultados preliminares da primeira fase do projecto de investigação. *Vialibus*, Revista da Fundação Arquivo Paes Teles, Ervedal, n.º 2, p.35-64.

RIBEIRO, Ana Cristina (2008) – Uma primeira leitura da Carta Arqueológica de Avis. *Al-madan*, Centro de Arqueologia de Almada, n.º 16, VII, p. 1-12.

RIBEIRO, Ana Cristina e SALVADOR, Margarida (2013) – A Carta Arqueológica de Avis. Reflexões sobre o Paleolítico. *Arqueologia em Portugal – 150 Anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 135-139.

SILVA, Manuel Rodrigues de Matos (1895a) – Notícia das antiguidades prehistóricas do concelho de Avis. Anta Grande da Ordem. *O Arqueólogo Português*, Lisboa, 1, p. 120-125.

SILVA, Manuel Rodrigues de Matos (1895b) – Notícia das antiguidades prehistóricas do concelho de Avis. Anta da herdade da Capella. *O Arqueólogo Português*, Lisboa, 1, p. 214-216.

SILVA, Manuel Rodrigues de Matos (1896) – Notícia das antiguidades prehistóricas do concelho de Avis. Anta da herdade do Assobiador. *O Arqueólogo Português*, Lisboa, 2, p.239-240.

SISMET (1981) – *Pré-inventário artístico e cultural do concelho de Avis*. Volume policopiado.

VASCONCELOS, José Leite de (1912) – Pelo Alentejo. Arqueologia e Etnografia. *O Arqueólogo Português*, Lisboa, vol. XVII, p. 284-289.

VASCONCELOS, José Leite de (1913a) – *Religiões da Lusitânia*. Lisboa: INCM. Vol. III.

VASCONCELOS, José Leite de (1913b) – D'une manière de fabriquer les haches néolithiques. *O Arqueólogo Português*. Lisboa, Série I, vol. 18, p. 57-58.

VASCONCELOS, José Leite de (1913c) - Aquisições do Museu Etnológico Português. *O Arqueólogo Português*. Lisboa, Série I, vol. 18, p.131-168.

VASCONCELOS, José Leite de (1914) – Crónicas. Excursão alentejana. *O Arqueólogo Português*, Lisboa, vol. XIX, p. 386-398.

VASCONCELOS, José Leite de (1916a) – Entre o Tejo e o Odiana. *O Arqueólogo Português*, Lisboa, 21, p. 152-168.

VASCONCELOS, José Leite de (1916b) – Notas epigráficas. Dois monumentos sepulcrais romanos do Alentejo. *O Arqueólogo Português*, Lisboa, Série I, vol. 21, pp. 316-318.

VASCONCELOS, José Leite de (1918) – Coisas Velhas. *O Arqueólogo Português*. Lisboa, 23, p. 356-369.